



Estado do Tocantins
CÂMARA MUNICIPAL DE SAMPAIO
CNPJ Nº 03.239.140/0001-05

PROJETO DE LEI Nº 001/2025, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a Execução obrigatória de Emendas Impositivas ao Orçamento Municipal pelos Vereadores da Câmara Municipal de Sampaio/TO, e Dá outras Providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SAMPAIO, ESTADO DO TOCANTINS, DECRETA:

Art. 1º Cada vereador da Câmara Municipal de Sampaio/TO terá direito a apresentar emendas individuais impositivas ao projeto de lei do orçamento anual, conforme estabelecido nesta Lei.

Art. 2º O Poder Executivo Municipal será obrigado a executar as emendas impositivas aprovadas, respeitando os limites financeiros e prazos estabelecidos na legislação orçamentária.

Art. 3º O valor total destinado às emendas impositivas dos vereadores não poderá ultrapassar 2% (dois por cento) do orçamento municipal anual, distribuído proporcionalmente entre os 9 (nove) vereadores.

§ 1º Cada vereador terá direito a apresentar emendas até o limite individual correspondente a 1/9 do total do percentual destinado às emendas impositivas.

§ 2º As emendas deverão obedecer à classificação funcional, programática e ao Plano Plurianual, respeitando as prioridades do município e a legislação vigente.



Estado do Tocantins
CÂMARA MUNICIPAL DE SAMPAIO
CNPJ Nº 03.239.140/0001-05

Art. 4º Compete à Prefeitura Municipal solicitar aos vereadores, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do prazo final para apresentação do projeto da Lei Orçamentária Anual, a apresentação dos projetos das emendas impositivas, acompanhadas de justificativa detalhada quanto à finalidade e aplicação.

Art. 5º O Executivo municipal deverá informar à Câmara, até 60 (sessenta) dias após a aprovação do orçamento, a forma e o cronograma de execução das emendas impositivas.

Art. 6º Fica garantida a publicidade e a transparência da execução das emendas impositivas, por meio de relatório público disponível no portal da transparência do município.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições legais em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAMPAIO,
ESTADO DO TOCANTINS, aos seis (06) dias do mês de novembro (11) do Ano de Dois Mil e Vinte e Cinco (2025).

Vereador **ANTONIO FILHO DA CONCEIÇÃO RODRIGUES**
Presidente

Vereador **JOSÉ LOPES DA SILVA**
Vice-Presidente



Estado do Tocantins
CÂMARA MUNICIPAL DE SAMPAIO
CNPJ Nº 03.239.140/0001-05

Vereador **JOZAFÁ GOMES DA COSTA**
1º Secretário

Vereador **MANOEL FILHO BEZERRA DOS SANTOS**
2º Secretário



Estado do Tocantins
CÂMARA MUNICIPAL DE SAMPAIO
CNPJ Nº 03.239.140/0001-05

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei é ferramenta essencial para regulamentar as emendas impositivas municipais, garantindo que os Vereadores, como representantes diretos da população, possam propor efetivamente a alocação de parte do orçamento para atender demandas prioritárias do município.

A definição do limite de 2% (dois por cento) da receita orçamentária anual, distribuído equitativamente entre os 9 (nove) Edis, estabelece um critério justo e fiscalmente responsável.

O ponto crucial desta propositura é o mecanismo de planejamento previsto no Art. 4º. Ao determinar que a Secretaria competente solicite os projetos com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, busca-se instituir um fluxo de trabalho que garanta planejamento eficiente, transparência e, acima de tudo, a execução efetiva das emendas.

Esta medida visa evitar os recorrentes atrasos na execução orçamentária, assegurando que os recursos sejam aplicados de forma responsável e organizada, transformando as indicações parlamentares em benefícios concretos para a cidade.

Diante do exposto, e ciente da importância de fortalecer a atuação legislativa na definição orçamentária, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.